



Demonstrações Financeiras da Federação Paranaense de Futebol de 31.12.2025

Prezados Filiados, em cumprimento às disposições estatutárias e em atendimento à Lei nº 14.597/2023 (Lei Geral do Esporte) e à Lei nº 9.615/1998 (Lei Pelé), estamos submetendo à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Federação Paranaense de Futebol.

FEDERAÇÃO PARANAENSE DE FUTEBOL

Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

Ativo

	Nota explicativa	2025	2024
Circulante			
Caixa e Equivalentes	4	18.975.067	18.079.742
Contas a Receber - Filiados	5	936.543	942.965
Contas a Receber - Patrocínios	5	668.050	893.217
Estoques	6	130.871	134.251
Adiantamentos		21.500	2.325
Despesas Antecipadas		4.660	3.938
		20.736.691	20.056.438
Não circulante			
Investimentos	4	36.245	20.223
Imobilizado	7	4.739.111	4.926.321
Intangível	7	12.840	15.118
		4.788.196	4.961.662
Total do Ativo		25.524.887	25.018.100

Passivo e Patrimônio Social líquido

	Nota explicativa	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	8	202.798	224.167
Contas a Pagar - Filiados	5	17.933	7.835
Obrigações com Patrocinadores	5	660.549	885.717
Obrigações Sociais e Previdenciárias	9	476.758	363.382
Obrigações Tributárias	10	152.857	155.264
Outros Valores a Pagar	11	354.327	134.363
		1.865.222	1.770.728
Não circulante			
Provisões para Contingências	12	6.071.707	6.101.738
		6.071.707	6.101.738
Patrimônio social			
Patrimônio Social	13	20.500.137	20.500.137
Déficit Acumulado	13	(3.354.502)	(7.197.837)
Déficit/ Superávit do Exercício	13	442.323	3.843.334
		17.587.958	17.145.634
Total do Passivo e Patrimônio Social		25.524.887	25.018.100

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FEDERAÇÃO PARANAENSE DE FUTEBOL

Demonstrações de resultados abrangentes Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

	2025	2024
Déficit/ Superávit do Exercício	442.323	3.843.335
Outros resultados abrangentes (Ajuste de Exercícios Anteriores)	-	-
Resultado abrangente do exercício	442.323	3.843.335

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FEDERAÇÃO PARANAENSE DE FUTEBOL

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit (Déficit) do exercício	442.323	3.843.335
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	241.251	248.753
	683.574	4.092.088
Aumento/(diminuição) nos ativos e passivos	6.422	(781.991)
(- / +) Aumento/redução de Contas a Receber - Filiados	225.167	(893.217)
(- / +) Aumento/redução de Contas a Receber - Patrocínios	3.380	(72.089)
(- / +) Aumento/redução de Estoques	(19.175)	(2.325)
(- / +) Aumento/redução em Despesas Antecipadas	(722)	1.929
(- / +) Aumento/redução em Bloqueios e Depósitos Judiciais	-	72.343
(- / +) Aumento/redução em Fornecedores	(21.369)	1.858
(- / +) Aumento/redução em Contas a Pagar - Filiados	10.098	(11.513)
(- / +) Aumento/redução em Obrigações com Patrocinadores	(225.168)	885.717
(- / +) Aumento/redução em Obrigações Sociais e Tributárias	110.969	69.996
(- / +) Aumento/redução em Outros Valores a Pagar	219.964	29.856
(- / +) Aumento/redução em Contingências	(30.031)	(124.747)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	963.109	3.267.905
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição/Baixas de Imobilizado e Intangível	(51.762)	(158.137)
Aquisição de Investimentos	(16.022)	(20.223)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(67.784)	(178.360)
Aumento/redução de caixa e equivalentes de caixa	895.325	3.089.545
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	18.079.742	14.990.197
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	18.975.067	18.079.742
Aumento/redução de caixa e equivalentes de caixa	895.325	3.089.545

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FEDERAÇÃO PARANAENSE DE FUTEBOL

Demonstrações do Superávit/Déficit dos Exercícios Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

	Nota explicativa	2025	2024
Receitas Operacionais Líquidas			
Despesas com Pessoal	15	(3.172.832)	(2.568.254)
Despesas Gerais e Administrativas	16	(1.773.385)	(1.682.831)
Despesas com Jogos e Arbitragem	17	(2.681.258)	(2.310.721)
Contribuições e Subvenções	18	(4.923.587)	(7.697.622)
Despesas com Processos Judiciais	19	(37.513)	(94.629)
Depreciação e Amortização	7	(241.251)	(248.753)
Despesas Tributárias	20	(1.091.507)	(793.880)
Outros Resultados Operacionais	21	100.188	1.422.939
Superávit/(Déficit) antes do resultado financeiro		(1.516.461)	2.851.654
Receitas financeiras	22	2.144.073	1.083.869
Despesas financeiras	22	(185.290)	(92.188)
Déficit/Superávit do exercício		442.323	3.843.335

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FEDERAÇÃO PARANAENSE DE FUTEBOL

Demonstrações das mutações do patrimônio social Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

	Patrimônio social	Superávit / Déficit Acumulado	Total Patrimônio Social
Saldos em 1º de janeiro de 2023	10.365.900	1.232.117	11.598.017
Absorção do Superávit	1.232.117	(1.232.117)	-
Déficit do Exercício	-	1.704.283	1.704.283
Saldos em 31 de dezembro de 2023	11.598.017	1.704.283	13.302.300
Absorção do Superávit	1.704.283	(1.704.283)	-
Superávit do Exercício	-	3.843.335	3.843.335
Saldos em 31 de dezembro de 2024	13.302.300	3.843.335	17.145.635
Absorção do Superávit	3.843.335	(3.843.335)	-
Superávit do Exercício	-	442.323	442.323
Saldos em 31 de dezembro de 2025	17.145.635	442.323	17.587.958

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Financeiras da Federação Paranaense de Futebol de 31.12.2025

Palavra do Presidente - O ano de 2025 foi marcado pela continuidade das atividades esportivas e pelo fortalecimento institucional da Federação Paranaense de Futebol, em um cenário mais desafiador sob o ponto de vista econômico e regulatório. • **Competições em 2025:** Ampliamos o calendário contemplando competições profissionais, categorias de base, futebol amador e feminino, assegurando a continuidade do desenvolvimento do futebol paranaense e o suporte aos nossos clubes filiados. O elevado número de jogos realizados ao longo do ano reforça o papel da Federação como agente organizador e impulsionador do esporte no Estado. • **Desafios e Gestão:** O exercício foi impactado pela descontinuidade do patrocínio master (naming rights), anteriormente mantido com empresa do setor de apostas (BETs), em função do novo ambiente regulatório do segmento no Brasil. Esse cenário afetou a captação de receitas ao longo do ano, exigindo da Administração uma atuação ainda mais rigorosa na gestão financeira, com revisão de custos, priorização de despesas essenciais e busca de maior eficiência operacional. Mesmo diante desse contexto, a Federação conseguiu manter suas competições, apoiar os clubes e preservar sua estrutura, demonstrando resiliência e responsabilidade na condução de suas atividades. • **Gestão Administrativa e Financeira:** O desempenho em 2025 reflete um cenário de ajuste operacional, com redução das receitas em relação ao exercício anterior e aumento de determinados custos, especialmente aqueles diretamente ligados à realização das competições. Ainda assim, a Federação encerrou o exercício com superávit, sustentado principalmente pelo resultado financeiro e pela gestão eficiente dos recursos disponíveis, mantendo uma posição sólida de liquidez. • **Inovação e Governança:** Outro destaque relevante do ano foi o início da implantação de um novo sistema de gestão (ERP), em substituição ao sistema anteriormente utilizado (ÉGol), com o objetivo de modernizar processos, integrar informações e fortalecer os controles internos. Trata-se de um projeto estratégico, ainda em fase de implementação, que representa um avanço importante na estrutura

administrativa da Federação. Integridade, Ética e Desenvolvimento: Seguimos comprometidos com a integridade das competições, o combate à manipulação de resultados, a promoção da ética no esporte e o incentivo à diversidade, incluindo o fortalecimento do futebol feminino e das categorias de base. Também mantivemos a ampliação da presença digital, com transmissão de jogos e maior aproximação com o público. Nossos clubes e nossos campeonatos continuam sendo nossa maior prioridade. Mesmo diante dos desafios enfrentados em 2025, reafirmamos nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável do futebol paranaense e seguimos confiantes na evolução das nossas atividades nos próximos anos. Curitiba-Pr, 26 de março de 2026. **HÉLIO PEREIRA CURY FILHO - Presidente.**

NOTAS EXPLICATIVAS

1.Contexto operacional A Federação Paranaense de Futebol (FPF) CNPJ 76.681.550/0001-85, fundada em 4 de agosto de 1937 pelo Britânia Esporte Club, Clube Atlético Ferroviário, Clube Atlético Paranaense, Curitiba Foot Ball Club, Esporte Clube Água Verde, Palestra Itália, Sociedade de Educação Física Juventus, então sediados em Curitiba (PR), e a Liga de Futebol Regional de Paranaguá, com sede em Paranaguá (PR), é entidade estadual de administração do desporto futebol, de direito privado, sem fins econômicos e lucrativos, com sede e foro em Curitiba. Desde o início de 2019, a Federação Paranaense de Futebol está em novo endereço, na Rua Herbert Neal, 148, no bairro Santa Quitéria. A atual sede da entidade abriga também o Tribunal de Justiça Desportiva do Paraná – TJD, e a Escola Estadual de Árbitros Victor Marçassa. A nova sede da FPF conta com auditório, salas para realização de arbitrais e reuniões, além de um espaço confortável dedicado aos filiados. A Federação (FPF) é filiada à Confederação Brasileira de Futebol (CBF), doravante denominada CBF, rege-se pelo seu Estatuto, legislação em vigor aplicáveis às associações civis, normas e mandamentos adotados pela FIFA (Fédération

Internationale de Football Association), CONMEBOL (Confederación Sudamericana de Fútbol) e CBF. A FEDERAÇÃO goza de autonomia administrativa quanto à sua organização e funcionamento. e possui prazo de duração indeterminado. A missão da Federação Paranaense de Futebol é zelar, promover e desenvolver a prática do futebol profissional e não profissional em todo o Estado do Paraná, sendo referência aos seus filiados em transparência, governança e organização. **2 Base de preparação e apresentação.** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem a finalidade de lucros (ITG 2002 - R1), a NBC TG 1001, que dispõe sobre a contabilidade para pequenas empresas e a norma contábil aplicada as Entidades Desportivas (ITG 2003 - R2). A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os normativos mencionados requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Entidade em 20 de março de 2026. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Entidade. As políticas contábeis significativas adotadas pela Entidade estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. **3. Principais práticas Contábeis - a) Moeda Estrangeira** Os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira quando existentes são convertidos para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **b) Instrumentos financeiros** A Entidade classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: **Ativos financeiros** •Ativos

Demonstrações Financeiras da Federação Paranaense de Futebol de 31.12.2025

financeiros a valor justo por meio do resultado: são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. • **Empréstimos e recebíveis:** são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável. • **Investimentos mantidos até o vencimento:** ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Entidade tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, estes ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. • **Ativos financeiros disponíveis para venda:** após mensuração inicial, estes ativos são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados, reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período. **Passivos financeiros.** Os passivos financeiros da Entidade referem-se a empréstimos e financiamentos e derivativos classificados como valor justo por meio do resultado, conforme o caso. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros. **c) Análise do valor de recuperação de**

ativos A Administração da Entidade revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram identificados necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável. **d) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas** **Julgamento** A preparação das demonstrações financeiras da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Estimativas e Premissas** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são discutidas a seguir. **Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa** A provisão para crédito de liquidação duvidosa é apresentada como redução do saldo de contas a receber e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização deste saldo, considerando o risco individual dos créditos. **Estoques** Os estoques são compostos por materiais esportivos e de consumo e estão avaliados ao custo médio de aquisição. **Imobilizado e Intangível** A depreciação ou amortização do ativo imobilizado e intangível considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no

mercado podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil. **Provisões para processos judiciais** A Entidade registra provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A Entidade também está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advém do curso normal das atividades de seus negócios. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas. Os fundamentos e natureza de Provisões para processos judiciais estão descritos na **Nota 12**. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. **Obrigações Tributárias** A Federação Paranaense de Futebol goza da isenção de tributação do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit, por se tratar se de uma entidade, sem fins lucrativos, todavia, contribui com o imposto de renda incidente sobre os ganhos em aplicações financeiras mediante retenção por parte das instituições financeiras nas quais as aplicações financeiras são realizadas, bem como o recolhimento de obrigações previdenciárias (INSS cota patronal) e PIS sobre a folha de pagamento. (Artigo 15 da Lei nº 9.532/97). **Trabalho Voluntário** A Federação no desenvolvimento de suas atividades, conta com a colaboração mediante prestação de serviços em caráter

Demonstrações Financeiras da Federação Paranaense de Futebol de 31.12.2025

pró-bono de pessoas físicas. Em atendimento a Resolução CFC nº 1.409/12 que trata sobre a evidenciação do valor justo de receita, custos e despesas relativos aos trabalhos voluntários realizados e recebidos. Vide **Nota Explicativa 24**.

4. Caixa e equivalentes Caixa e equivalentes de caixa compreendem valores em espécie, saldos disponíveis em contas correntes bancárias e aplicações financeiras de curto prazo, com liquidez imediata, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa possuem prazo original inferior a três meses ou resgatabilidade imediata, sendo mantidas com a finalidade de atender aos compromissos de curto prazo da Entidade. Esses ativos são registrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e, quando aplicável, ajustados ao valor justo, sendo os ganhos ou perdas reconhecidas no resultado do exercício, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 22 – Resultado Financeiro. A composição dos saldos é a seguinte:

Descrição	2025	2024
Caixa bens numerários	135	135
Contas correntes	1.747.893	990.572
Aplicações financeiras	17.227.039	17.089.035
Total	18.975.067	18.079.742

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a instrumentos de renda fixa de baixo risco, com remuneração atrelada à variação do CDI, mantidos em instituições financeiras de primeira linha. Parte relevante dos recursos financeiros da Entidade tem origem em valores levantados de depósitos judiciais decorrentes de ação de desapropriação do Estádio Pinheirão, os quais foram disponibilizados à Federação ao longo dos exercícios anteriores. Tais recursos possuem destinação prioritária voltada a investimentos em infraestrutura e projetos estruturantes da Entidade, sendo sua gestão realizada de

forma segregada, sob critérios conservadores de aplicação, com foco na preservação do capital e geração de rendimentos. Dessa forma, a Administração adota como diretriz que a utilização desses recursos não compõe a base orçamentária das operações correntes, especialmente no que se refere à realização das competições, as quais devem ser planejadas e executadas com base nas receitas operacionais próprias da Federação. Durante o exercício de 2025, a Administração promoveu a otimização da alocação dos recursos financeiros, com a migração parcial de aplicações anteriormente concentradas em poupança para instrumentos financeiros atrelados ao CDI, resultando em maior eficiência na geração de rendimentos, sem alteração relevante no nível de risco assumido. Essa estratégia contribuiu diretamente para o aumento das receitas financeiras no período, conforme evidenciado na Nota Explicativa nº 22 – Resultado Financeiro. A Entidade mantém política conservadora de gestão de caixa, priorizando liquidez, segurança e preservação de capital, assegurando a adequada manutenção dos recursos e sua disponibilidade para cumprimento de suas obrigações e execução de seus projetos institucionais. **5. Contas a Receber - 5.1 Contas a Receber Filiados** Segue abaixo o demonstrativo com os saldos a receber e a pagar referentes a essas transações entre a Entidade e os clubes de futebol, apresentados no circulante e não circulante:

Descrição	2025	2024
Contas a receber de filiados		
Encargos, taxas e multas a receber	1.472.144	1.546.936
Valores a receber de Direitos de Transmissão PECLD (a)	(535.601)	(603.970)
	936.543	942.966
Contas a pagar a filiados		
Retenções a repassar dos filiados	17.933	7.835
	17.933	7.835
Contas a receber e pagar de filiados	918.610	935.131

Os saldos entre a federação e seus afiliados referem-se principalmente às contas correntes entre os clubes relativos a borderôs, adiantamentos, taxas e emolumentos

por serviços prestados. **(a) A provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa (PECLD)**, quando necessária, é constituída com base no histórico de perdas dos valores a receber de filiados. Vale ressaltar que a Administração efetua provisão de um montante considerado suficiente para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa. **5.2 Contas a Receber – Patrocínios** A Entidade celebra contratos de patrocínio vinculados às competições organizadas, que preveem exposição de marcas, ações promocionais e transmissões esportivas. As receitas são reconhecidas pelo regime de competência, conforme o cumprimento das obrigações contratuais. Os valores faturados e ainda não recebidos são registrados no ativo como “Contas a Receber – Patrocínios, enquanto os valores recebidos antecipadamente são registrados no passivo como “Obrigações com Patrocinadores (Receitas a Realizar)”.

Descrição	2025	2024
Ativo - Contas a Receber - Patrocínios	668.050	893.217
Passivo-Obrigações com Patrocinadores	(660.550)	(885.717)
Saldo líquido	7.500	7.500

Obs: O saldo líquido refere-se a valores já reconhecidos no resultado, pendentes de recebimento na data-base. No exercício de 2025, destacam-se contratos com Sicredi, Sanepar, Zaeli, Nsports, NGX N.V., Banlek, Riade 1 Ltda., Xbri Pneus, Fomento, Sancor e Betesporte, vinculados às competições profissionais, arbitragem, integridade esportiva e transmissão de jogos. Os valores registrados no passivo referem-se, principalmente, a recebimentos antecipados vinculados a contratos com execução no exercício de 2026, apropriados ao resultado conforme o cumprimento das obrigações. **6. Estoques** Os estoques da Entidade são compostos, substancialmente, por materiais esportivos, principalmente bolas de futebol recebidas por meio de contratos de patrocínio, destinadas à utilização nas competições organizadas pela Federação Paranaense de Futebol. A distribuição desses materiais ocorre

Demonstrações Financeiras da Federação Paranaense de Futebol de 31.12.2025

conforme o calendário esportivo, atendendo aos clubes filiados e às necessidades operacionais das competições. Os estoques são avaliados pelo método do custo médio de aquisição, não excedendo o valor realizável líquido. A composição dos saldos é a seguinte:

Descrição	2025	2024
Materiais esportivos (bolas – TOPPER)	130.871	134.251

O saldo em 31 de dezembro de 2025 refere-se, substancialmente, ao estoque de bolas de futebol provenientes de contrato de patrocínio, destinadas à utilização nas competições do exercício subsequente. A movimentação do estoque reflete o recebimento e a distribuição dos materiais ao longo do exercício, de acordo com o planejamento esportivo da Entidade, não tendo sido identificadas perdas relevantes ou necessidade de constituição de provisão para redução de valor recuperável.

7. Imobilizado e Intangível

a) Movimentação do Imobilizado no período: O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciação e perdas por desvalorização, se aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o tempo de vida útil econômica estimada dos bens.

Descrição	Terrenos	Edific. e Benf.	Instalações	Maq. e Equip.	Equipos Informática	Móveis/ Utens.	Veículos	Total
Custo Aquisição - Dez/2024	1.892.609	2.894.509	316.990	23.101	394.872	551.578	243.862	6.317.521
Deprec. Acum. - Dez/2024		(680.287)	(183.710)	(21.133)	(240.942)	(157.526)	(107.602)	(1.391.200)
Imobilizado - Dez/2024	1.892.609	2.214.222	133.280	1.968	153.930	394.052	136.260	4.926.321
Adições			9.298		25.289	16.188		50.775
Baixas					(296)			(296)
Depreciação		(115.780)	(31.928)	(340)	(38.301)	(19.332)	(32.040)	(237.721)
Baixa Depreciação					32			32
Custo Aquisição - Dez/2025	1.892.609	2.894.509	326.288	23.101	419.865	567.766	243.862	6.368.000
Deprec. Acum. - Dez/2025		(796.067)	(215.638)	(21.473)	(279.211)	(176.658)	(139.642)	(1.628.889)
Imobilizado - Dez/2025	1.892.609	2.098.442	110.650	1.628	140.654	390.908	104.220	4.739.111

A Entidade avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem a perda de valores não recuperáveis desses ativos. Foram

feitas avaliações de mercado para os bens, com empresa especializada a qual retratam que os valores contabilizados não estão acima do valor de mercado, e que os bens atendem a regra contábeis de valor recuperável. **b) Movimentação do Intangível no período:** Os ativos intangíveis da Entidade são representados, substancialmente, por softwares utilizados na gestão operacional e administrativa. Os ativos intangíveis são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada, sendo a amortização reconhecida pelo método linear à taxa de vida útil de cada contrato, considerando a natureza e rápida obsolescência tecnológica desses ativos.

Descrição	Software	Total
Custo de Aquisição	38.987	38.987
Amortização Acumulada	(23.869)	(23.869)
Saldo em 31/12/2024	15.118	15.118
(+) Adições	1.251	1.251
(-) Baixas	-	-
(-) Amortização	(3.529)	(3.529)
Saldo em 31/12/2025	12.840	12.840

8. Fornecedores Referem-se a obrigações de funcionamento da federação e está composto dos seguintes valores:

Descrição	2025	2024
Fornecedores nacionais	15.093	40.149
Água, luz e telefone a pagar	4.438	6.567
Seguros a pagar	183.267	177.451
Total	202.798	224.167

9. Obrigações sociais e previdenciárias Os impostos incidentes na Federação são basicamente os que se referem à folha de pagamento do pessoal, assim como o

Imposto sobre serviço referente aos contratos junto a Escola de formação de árbitros. Está composto dos seguintes valores:

Descrição	2025	2024
Provisão de férias	194.119	104.844
INSS a recolher	59.395	58.484
Salários a pagar	116.850	64.338
5% INSS normal Lei 8.641	-	49.060
FGTS a recolher	18.270	18.362
20% INSS s/ taxa ARB/TES/REPR/DOP	16.694	18.908
INSS s/ férias	47.591	26.531
11% INSS s/ taxa ARB/TES/REPR/DOP	2.598	9.027
Outras obrigações sociais	2.762	2.850
PIS s/ folha de pagamento	1.798	1.656
FGTS s/ férias	14.814	8.281
PIS s/ férias	1.866	1.040
Total	476.758	363.381

10. Obrigações tributárias - Os tributos em sua maioria referem-se a operações vinculadas a retenções e/ou aplicações financeiras.

Descrição	2025	2024
COFINS a recolher	77.900	74.529
IRRF a recolher PJ	795	421,71
PIS/COFINS/CSLL retidos a recolher	2.616	1.457
IRRF s/ salários a recolher	31.724	32.639
IRRF s/Autônomos a Recolher	39.823	46.217
Total	152.857	155.264

11. Outros valores a pagar A rubrica “Outros Valores a Pagar” é composta, substancialmente, por valores recebidos antecipadamente pela Entidade, cuja apropriação ao resultado ocorrerá conforme o cumprimento das obrigações correspondentes. A

Demonstrações Financeiras da Federação Paranaense de Futebol de 31.12.2025

composição dos saldos é a seguinte:

Descrição	2025	2024
Adiantamento de clubes	188.750	134.023
Adiantamento de patrocínios	161.711	-
Valores a devolver	3.865	340
Total	354.326	134.363

Os valores registrados como adiantamentos de clubes referem-se, principalmente, a recebimentos antecipados de taxas, inscrições e demais valores vinculados às competições futuras, que serão apropriados ao resultado conforme a realização dos eventos e prestação dos serviços. Os adiantamentos de patrocínios correspondem a valores recebidos antecipadamente, cuja execução contratual ocorrerá no exercício subsequente, estando relacionados às obrigações de exposição de marca e demais contrapartidas previstas nos contratos. A rubrica valores a devolver refere-se a montantes identificados como passíveis de restituição, decorrentes de ajustes operacionais ou regularizações com terceiros. A variação relevante do saldo em 2025 decorre, principalmente, do aumento dos recebimentos antecipados, tanto de clubes quanto de patrocinadores, refletindo a dinâmica operacional e contratual da Entidade para o exercício subsequente. Os valores são apropriados ao resultado pelo regime de competência, à medida que as respectivas obrigações são cumpridas.

12. Provisões para contingências judiciais A Entidade é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista, tributária e outros assuntos correlatos, decorrentes do curso normal de suas atividades. A Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, na análise individual das demandas e na experiência histórica, constitui provisão para contingências em montante considerado suficiente para cobrir as perdas classificadas como prováveis, em conformidade com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Os processos classificados como de perda

possível não são provisionados, sendo apenas divulgados, enquanto aqueles classificados como de perda remota não requerem provisão ou divulgação. **Composição das provisões (perda provável)**

Descrição	2025	2024
Contingências cíveis	6.071.707	6.101.738
Total	6.071.707	6.101.738

As provisões registradas referem-se integralmente a processos avaliados como de perda provável, com base em parecer jurídico. **Quantidade de processos por natureza**

Natureza	2025	2024
Cível	31	35
Tributária	0	3
Trabalhista	2	5
Criminal	0	1
Total	33	44

A Entidade mantém controle individualizado das demandas judiciais, com acompanhamento periódico por seus assessores jurídicos. **Classificação por risco** ***Perda provável:** processos para os quais há expectativa de saída de recursos, devidamente provisionados nas demonstrações financeiras; ***Perda possível:** processos em que não há evidência suficiente para constituição de provisão, sendo monitorados e divulgados em nota explicativa; ***Perda remota:** processos com baixa probabilidade de perda, para os quais não há necessidade de provisão ou divulgação; Na data-base das demonstrações financeiras, a Entidade possui 10 (dez) processos judiciais classificados como de perda possível, os quais, conforme avaliação de seus assessores jurídicos, não requerem constituição de provisão, sendo objeto apenas de divulgação. Essas demandas concentram-se, principalmente, nas esferas cível e trabalhista, envolvendo discussões relacionadas a: Ações indenizatórias e honorários advocatícios, algumas em fase recursal perante instâncias superiores; Demandas trabalhistas movidas por

entidades representativas de atletas, com audiências e manifestações ainda em andamento; Processos envolvendo prestadores de serviços e fornecedores, em diferentes fases processuais; Os processos encontram-se em estágios diversos, incluindo: fase de instrução e audiência; apresentação de recursos (embargos e recursos especiais); conclusos para decisão em tribunais superiores; aguardando julgamento ou manifestação do Ministério Público; O montante envolvido em causas com valores identificados totaliza aproximadamente R\$ 1,6 milhão, não sendo possível, neste momento, estimar com confiabilidade eventual perda financeira, motivo pelo qual não foi constituída provisão para tais demandas. A Administração mantém acompanhamento contínuo dessas ações, não sendo esperada, até a presente data, saída provável de recursos que justifique reconhecimento contábil. O principal processo contingenciado da Entidade é de natureza cível, sob o nº 0034170-52.2015.8.16.0001, que trata da discussão sobre pagamento de honorários contratuais por atuação em ações judiciais no período de 2008 a 2014. A perda estimada pelos assessores jurídicos é de aproximadamente R\$ 5.008.396,00, representando parcela relevante do saldo provisionado. Entre os principais eventos processuais: Laudo pericial apresentado em 2023 com valor estimado de R\$ 1.892.160,24; Homologação do laudo pela 6ª Câmara Cível do TJ-PR em 2024; Interposição de recurso especial ao STJ (não admitido); Apresentação de Agravo em Recurso Especial, atualmente pendente de julgamento; O processo não transitou em julgado na data-base. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir as perdas prováveis decorrentes dos processos em andamento, não sendo esperados impactos adicionais relevantes além daqueles já registrados.

13. Patrimônio social - Conforme disposto em seu estatuto social, a Entidade aplica integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais, sendo vedada a distribuição de quaisquer parcelas de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou

Demonstrações Financeiras da Federação Paranaense de Futebol de 31.12.2025

participação no superávit. O patrimônio social é composto pelos resultados acumulados ao longo dos exercícios, sendo os superávits apurados integralmente incorporados ao patrimônio da Entidade. No exercício de 2024, a Entidade apurou superávit de R\$ 3.843.335, o qual foi absorvido pelo patrimônio social no exercício de 2025. No exercício de 2025, a Entidade apurou superávit de R\$ 442.323, registrado inicialmente em conta de superávit acumulado e posteriormente incorporado ao patrimônio social, conforme evidenciado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Social. Em 31 de dezembro de 2025, o patrimônio social totaliza R\$ 17.587.958 (R\$ 17.145.635 em 31 de dezembro de 2024).

14. Receitas operacionais - As receitas operacionais da Entidade são provenientes, principalmente, de apoio institucional, receitas de competições, patrocínios, taxas administrativas e demais atividades vinculadas à organização do futebol no Estado. A partir do exercício de 2025, a Entidade revisou a forma de apresentação de determinados recursos recebidos da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), com o objetivo de refletir de maneira mais adequada sua natureza econômica, especialmente no que se refere a valores vinculados a custeios específicos e repasses a terceiros. A composição das receitas é a seguinte:

Descrição	2025	2024	Ref.
Auxílio financeiro CBF – Estrutura FPF-PR (CBF)	2.395.502	1.580.000	(a)
Auxílio financeiro CBF – Programa de Assistência Financeira clubes profissionais (PAF)	-	2.836.500	(a)
Patrocínios	3.272.911	4.996.865	(c)
Taxas e expedientes	2.720.217	2.205.760	(d)
Receitas de jogos (Campeonato Paranaense)	1.286.986	1.472.324	(b)
Receitas sobre competições nacionais + Amistosos	1.260.155	2.512.774	(b)
Comissão e receitas de arbitragem	404.785	1.046.044	(e)
Multas e receitas do TJD	720.076	310.267	(f)
Anuidades de clubes	288.000	271.000	(d)
Taça FPF	42.873	-	(b)
Outras receitas	70.966	160.810	(g)
Emolumentos sobre jogos	7.239	13.179	(e)
(-) INSS sobre patrocínios	(163.526)	(239.218)	(h)
(-) Devoluções de receitas	(1.500)	(340.900)	(h)
Receita operacional líquida	12.304.684	16.825.405	

Aspectos relevantes de apresentação (Reclassificações – 2025) (i) PAF Arbitragem – Reclassificação para Despesas: Até o exercício de 2024, os valores recebidos da CBF a título de PAF Arbitragem eram apresentados como receita operacional. A partir de 2025, considerando que tais recursos: • possuem destinação específica e vinculada ao custeio da arbitragem; • não representam ingresso de benefícios econômicos livres; • caracterizam-se como reembolso/financiamento de custos operacionais; a Administração passou a apresentá-los como redução das despesas com jogos e arbitragem (Nota Explicativa nº 17), e não mais como receita. Esse tratamento proporciona melhor evidenciação do custo líquido das competições e está alinhado: • ao conceito de essência sobre a forma (CPC 00 (R2)); • e, por analogia, ao CPC 07 – Subvenções e Assistências Governamentais, que admite a apresentação como dedução da despesa relacionada. Para fins de comparabilidade, os valores de 2024 (R\$ 2.231.999) foram reclassificados na Nota 17. Informações adicionais sobre as rubricas: **(a) Receitas de Apoio Institucional – CBF:** Referem-se aos repasses financeiros efetuados pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF), destinados ao suporte das atividades institucionais da Federação e ao desenvolvimento das competições. Esses recursos compreendem: apoio à manutenção da estrutura operacional da Entidade; programas de fomento ao futebol, incluindo iniciativas vinculadas ao programa CBF Transforma e projetos específicos das competições estaduais; No exercício de 2025, observou-se incremento pontual nos repasses, especialmente no último trimestre, relacionado a recursos de natureza eventual, dentre os quais destacam-se: Programa de Auxílio Financeiro Eventual – Copa Sul; Projeto da Taça FPF 2025 (PAF eventual); Capacitações no âmbito do programa CBF Transforma; Programa Palcos do Futebol; Adicionalmente, a partir de 2025, os valores recebidos da CBF destinados ao repasse direto aos clubes profissionais (PAF – auxílio financeiro a clubes) deixaram de ser reconhecidos como receita da Entidade. Esses valores passaram a ser registrados como repasse de terceiros, uma vez que a

Federação atua como intermediadora (agente) na transferência dos recursos, não havendo controle sobre os benefícios econômicos associados, conforme normas contábeis aplicáveis. Dessa forma, diferentemente de 2024, tais valores não impactam o resultado em 2025. **(b) Receitas de Competições:** Correspondem às receitas vinculadas à realização das competições organizadas pela Federação, incluindo: participação na arrecadação dos jogos (percentual sobre bilheteria); receitas de competições estaduais (Campeonato Paranaense e Taça FPF); receitas relacionadas à participação em competições nacionais (Copa do Brasil, Campeonato Brasileiro e outras). A variação entre os períodos reflete o calendário esportivo, o desempenho dos clubes e o volume de jogos realizados. **(c) Receitas de Publicidade e Patrocínio:** Decorrentes de contratos firmados com empresas para exposição de marcas, naming rights e ações promocionais. A redução em 2025 está relacionada, principalmente, à descontinuidade de contrato relevante com empresa do setor de apostas, impactada por mudanças regulatórias. **(d) Taxas e Contribuições:** Incluem anuidades pagas pelos clubes, taxas administrativas, registros, transferências de atletas e demais serviços prestados pela Entidade. O aumento observado em 2025 decorre do maior volume de operações administrativas. **(e) Receitas de Arbitragem e Formação:** Englobam receitas relacionadas à comissão de arbitragem, cursos de formação e emolumentos incidentes sobre partidas. A variação decorre da dinâmica das competições e da estrutura operacional. **(f) Multas e Penalidades – TJD/PR:** Referem-se a valores decorrentes de sanções aplicadas aos participantes das competições, conforme decisões do Tribunal de Justiça Desportiva. O aumento em 2025 está relacionado ao maior volume de julgamentos no período. **(g) Outras Receitas:** Compreendem receitas de natureza eventual ou não recorrente, incluindo ajustes operacionais. **(h) Deduções da Receita Bruta:** Incluem encargos previdenciários (INSS) sobre patrocínios e devoluções de receitas reconhecidas em períodos anteriores ou ajustadas no exercício.

Demonstrações Financeiras da Federação Paranaense de Futebol de 31.12.2025

15. Despesas com pessoal

Descrição	2025	2024
Salários e ordenados	1.784.422	1.476.378
Serviços Pessoas Físicas	15.496	17.641
13º salário	155.887	136.127
Férias	222.145	196.017
INSS	429.354	372.159
FGTS	237.313	173.627
Vale transporte	26.947	32.819
Alimentação	188.333	138.817
Médico hospital e farmácia	112.601	4.870
Gratificações	330	19.800
Total	3.172.832	2.568.255

16. Despesas gerais e administrativas

Descrição	2025	2024
Provisão para Perdas (PCLD)	-	472.794
Serviços de Terceiros PJ	400.141,14	370.996
Tecnologia da Informação	269.568,02	226.821
Refeição, Alimentação	251.037,79	185.431
Infraestrutura (Aluguel, Energia Elétrica, Água e Telefone)	323.260,93	127.028
Viagens e Estadia	102.383,77	99.548
Material de Escritório / Uso e Consumo	58.703,08	73.823
Manutenção Predial e Equipamentos	37.651,78	54.312
Propaganda, Publicidade e Marketing	217.205,90	22.954
Cursos e Eventos	67.139,00	20.629
Logística (Frete, Correio, Combustível)	20.099,50	16.076
Seguros	25.100,70	10.412
Demais Gastos	1.093,45	2.007
TOTAL	1.773.385	1.682.831

17. Despesas com jogos e arbitragem - Os custos e despesas relacionados à realização de jogos e competições, incluindo arbitragem, testes antidoping, logística e demais gastos operacionais, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência, conforme incorridos. A partir do exercício de 2025, a Federação passou a adotar procedimento de apresentação que reflete de forma mais adequada a natureza econômica dos recursos recebidos da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), no âmbito do Programa de Assistência Financeira (PAF) – Arbitragem. Tais recursos possuem natureza de fomento vinculado,

destinados exclusivamente ao custeio das despesas com arbitragem em competições organizadas pela Federação, não configurando receita própria da entidade. Dessa forma, os valores recebidos passaram a ser classificados como redução das despesas correspondentes, e não mais como receita operacional, proporcionando melhor evidenciação do custo líquido das competições. Para fins comparativos, os valores de 2024 foram reclassificados para manter a uniformidade de apresentação. Composição das despesas com jogos e arbitragem:

Descrição	2025	2024
Despesas c/jogos e campeonatos	5.690.511	4.417.985
(-) Auxílio financeiro CBF – Arbitragem (reembolso) (a)	(3.201.379)	(2.231.999)
Despesas c/escola de árbitros	67.656	51.397
Despesas c/comissão de arbitragem	56.321	30.279
Uniformes	70.405	45.989
(-) Ressarc. de desp. c/assist. esportiva	(2.256)	(2.930)
Total	2.681.258	2.310.721

(a) *Auxílio financeiro CBF – PAF Arbitragem: Refere-se aos valores recebidos da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), no âmbito do Programa de Assistência Financeira (PAF), destinados ao custeio parcial das despesas com arbitragem das competições organizadas pela Federação.*

Considerando que tais recursos: possuem destinação específica e vinculada; não representam ingresso de benefícios econômicos livres para a entidade; e caracterizam-se como reembolso/financiamento de custos operacionais, a Administração entendeu como mais adequada sua apresentação como dedução das respectivas despesas, em linha com o conceito de evidenciação do custo líquido das operações. Esse tratamento está alinhado, por analogia, às disposições do CPC 07 (Subvenções e Assistências Governamentais), que permite a apresentação da subvenção como redução da despesa relacionada, bem como ao princípio da essência sobre a forma previsto no CPC 00 (R2).

18. Contribuições e subvenções - As contribuições e subvenções correspondem, substancialmente, aos valores repassados pela Federação aos clubes e ligas afiliadas, tanto do futebol profissional quanto amador, com a finalidade de fomentar, desenvolver e manter as atividades

desportivas. Tais repasses visam apoiar a continuidade das atividades esportivas, especialmente de entidades com menor capacidade financeira. Adicionalmente, incluem-se despesas relacionadas ao incentivo à prática esportiva, como a aquisição e distribuição de materiais esportivos utilizados em competições organizadas pela Federação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os repasses totalizaram R\$ 4.923.587, em comparação a R\$ 7.697.622 no exercício anterior, representando uma redução de (36%) no exercício. A composição dos valores em 2025 contempla, principalmente, auxílios financeiros a clubes profissionais no montante de R\$ 4.242.530,85, apoio a clubes amadores no valor de R\$ 431.500,00, repasses a ligas amadoras de R\$ 62.500,00, além de despesas com aquisição de materiais esportivos (bolas) no montante de R\$ 187.056,11. Em comparação com 2024, observa-se redução relevante nos auxílios destinados aos clubes profissionais (R\$ 7.229.065,04 em 2024), parcialmente compensada pelo aumento dos repasses a clubes amadores (R\$ 308.000,00 em 2024) e pelo crescimento das despesas com materiais esportivos (R\$ 94.557,15 em 2024). A variação entre os exercícios decorre, principalmente: (i) da reclassificação dos valores recebidos da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), especialmente relacionados aos Programas de Assistência Financeira (PAF), que passaram a ser reconhecidos como repasses de terceiros, considerando que a Federação atua como intermediadora desses recursos; e (ii) da redução no volume de auxílios diretos aos clubes profissionais, quando comparado ao exercício anterior.

19. Despesas com processos judiciais - As despesas com processos judiciais compreendem, substancialmente, os valores incorridos com contingências judiciais, honorários advocatícios, acordos e custas processuais relacionadas às demandas em que a Federação figura como parte. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, essas despesas totalizaram R\$ 37.512,99, sendo R\$ 32.423,52 referentes a processos judiciais e R\$ 5.089,48 relativos a custas processuais. Em comparação, no exercício de 2024,

Demonstrações Financeiras da Federação Paranaense de Futebol de 31.12.2025

o montante foi de R\$ 94.629,19, dos quais R\$ 90.294,58 referem-se a processos judiciais e R\$ 4.334,61 a custas processuais. A variação representa uma redução de R\$ 57.116,20 (60,4%), refletindo, principalmente, a diminuição dos gastos com demandas judiciais no período, seja pela conclusão de processos relevantes, seja por menor constituição e/ou atualização de provisões no exercício. Essas despesas estão diretamente relacionadas às estimativas de perdas associadas a contingências judiciais, conforme detalhado na Nota Explicativa de Provisões e Passivos Contingentes, elaborada em conformidade com a NBC TG 25 (CPC 25) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo reconhecidas no resultado na medida em que há obrigação presente e estimativa confiável de desembolso futuro.

20. Despesas Tributárias

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
INSS s/ Autônomos	782.544	560.083
INSS Terceiros	89.083	79.442
IRRF	64.544	42.966
COFINS s/Outras Receitas	85.689	42.385
CSRF	29.447	34.530
PIS s/ Folha de Pagamento	20.404	18.130
RAT (INSS)	19.796	16.343
TOTAL	1.091.507	793.879

21. Outros resultados operacionais

Descrição	2025	2024
Reversão de Provisões - Contingências	30.031	114.097
Reversão de Provisões - PCLD	73.971	1.268.681
Resultado da Venda de Imobilizado	(264)	44.729
Despesas Diversas (a)	(3.551)	(4.568)
Total	100.188	1.422.939

(a) Composto o montante registrado no resultado do exercício em despesas diversas destacamos os serviços e gastos eventuais, floricultura, banco nacional de empregos e eventos pontuais no período.

22. Resultado financeiro - Os valores registrados no resultado financeiro se referem principalmente aos rendimentos de aplicação financeira e despesas bancárias.

Descrição	2025	2024
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	410	990
Rendimento s/aplicação financeira	2.130.944	1.082.878
Juros e Correções s/ Títulos	12.720	-
	2.144.074	1.083.868
Despesas financeiras		
Descontos concedidos	(29.500)	(56.375)
IRRF s/ Resgate	(99.486)	
Tarifas bancárias	(56.304)	(35.813)
	(185.290)	(92.188)
Resultado financeiro	1.958.783	991.680

23. Benefícios Fiscais - Isenção tributária - A Federação Paranaense de Futebol goza de isenção tributária nos termos do artigo 15 da Lei nº 9.532/97 e demais legislações aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, desde que atendidos os requisitos legais. Para fins de evidenciação dos benefícios fiscais usufruídos, apresenta-se a seguir a estimativa dos tributos que seriam devidos caso a entidade estivesse sujeita ao regime de tributação com base no Lucro Presumido, considerando as receitas auferidas nos respectivos exercícios:

Ano	Receita	PIS/COFINS 3,65%	CSLL (2,88%)	IRPJ (4,8%)	Total dos Tributos
2025	15.506.063	565.971	446.575	744.291	1.756.837
2024	19.057.404	695.595	548.853	914.755	2.159.204

Os valores acima representam renúncia fiscal potencial, não sendo reconhecidos contabilmente, tendo caráter meramente informativo para fins de transparência quanto aos benefícios fiscais usufruídos pela entidade. Observa-se que, apesar da redução da receita em 2025 em relação a 2024, o montante estimado de tributos apresenta variação relevante, refletindo diretamente a base de cálculo das

contribuições e impostos, bem como a sistemática de apuração pelo regime presumido.

24. Serviços Voluntários - Em atendimento a Resolução CFC nº 1.409/2012 lucrativos (ITG 2002 (R1)), que dispõe que o serviço voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, segue quadro demonstrativo dos registros contábeis das receitas dos trabalhos voluntários. Como contrapartida, foram realizadas despesas de serviços voluntários no mesmo montante, sem impacto na apuração do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

TJD-PR	Sessões	Média de Integrantes	Horas (2 Horas Sessão)	Valor Justo (R\$ 125,00 hora)
1ª Comissão	33	7	462	R\$ 57.750,00
2ª Comissão	35	6	420	R\$ 52.500,00
3ª Comissão	31	6	372	R\$ 46.500,00
Pleno	23	8	368	R\$ 46.000,00
TOTAL	120	27	1622	R\$ 202.750,00

Diretoria e Conselhos	Sessões	Média de Integrantes	Horas	Valor Justo (R\$ 125,00 hora)
Presidente	48	1	960	R\$ 120.000,00
Vice-Presidentes	9	7	126	R\$ 15.750,00
Conselho Fiscal	9	5	135	R\$ 16.875,00
TOTAL	72	13	1221	R\$ 152.625,00

25. Seguros - Em 31 de dezembro de 2025 a Federação possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado. A administração estima que os seguros firmados sejam suficientes para cobertura dos principais riscos envolvidos na operação.

Bens Segurados	Nº Apólice	Seguradora	Cobertura por Evento	Vigência
PREDIO PFF	02927316(RENOVADA)	TOKIO MARINE	4.000.000	05/07/2025 05/07/2026
VEÍCULO	35631507	TOKIO MARINE	132.353,00	29/07/2025 29/07/2026
VEÍCULO	35604871	TOKIO MARINE	65.271	04/06/2025 04/06/2026

(a) Conforme Tabela FIPE de 31/12/2025.

Representantes Legais: Presidente da Federação **HÉLIO PEREIRA CURY FILHO** (CPF: 024.315.329-50) e Contador **LUIZ CARLOS DO PRADO** (CRC-PR 39.928-8)

Demonstrações Financeiras da Federação Paranaense de Futebol de 31.12.2025



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Conselheiros da Federação Paranaense de Futebol (FPF)
CNPJ 76.681.550/0001-85
Curitiba-Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Federação Paranaense de Futebol ("FPF"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Federação Paranaense de Futebol, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em consonância com a Lei nº 9.615/1998 (Lei Pelé), pelas Normas Contábeis NBC ITG 2002 (Entidades sem Fins Lucrativos), NBC ITG 2003 (R3) Entidades Desportivas e NBC TG 1001 de 18/11/2021 que dispõe sobre a contabilidade para pequenas empresas.

Base para a opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras".

Somos independentes em relação à Organização, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Organização é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil combinadas com a Lei nº 9.615/1998 (Lei Pelé), Normas Contábeis NBC ITG 2002 (Entidades sem Fins Lucrativos), NBC ITG 2003 (R3) (Entidades Desportivas), normas para pequenas empresas aplicadas a Organização a NBC TG 1001 (Pequenas Empresas) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Organização continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Organização ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Organização, definido como a Administração, Conselho Diretor e Conselho de Administração, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto estão livres de distorção relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Organização.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Organização. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de

Demonstrações Financeiras da Federação Paranaense de Futebol de 31.12.2025

auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Organização a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da organização ou atividades de negócio para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba - Paraná, 26 de março de 2026.

LUIZ GONÇALVES DE OLIVEIRA JÚNIOR
CRC Nº PR-048654/O-0
GUIMARÃES E GONÇALVES AUDITORIA E
CONSULTORIA EMPRESARIAL SS
CRC Nº PR-007570/O-7



Parecer do Conselho Fiscal Exercício Findo em 31/12/2025 Federação Paranaense de Futebol

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Federação Paranaense de Futebol, em cumprimento às atribuições legais e estatutárias determinadas no art. 3º do Estatuto Social da FPF, procedemos à análise do Relatório da Administração e ao exame das demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações de sobras e perdas, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e as notas explicativas da Administração.

Nossos exames foram efetuados dentro da extensão e profundidade que entendemos necessárias a fim de obter evidências para a formação de uma opinião sobre os referidos documentos e levaram em conta, também, as verificações que efetuamos durante o exercício social.

Com base em nossos exames e também considerando os esclarecimentos dados pela administração e na opinião dos auditores independentes, que emitiram opinião sem ressalva, conforme relatório e parecer da auditoria emitido em 26 de março de 2026, o Conselho Fiscal recomenda à assembleia geral a aprovação da prestação de contas do exercício encerrado em 31/12/2025.

Curitiba - Paraná, 30 de março de 2026.

Rafael Chouciño de Soto – Presidente do Conselho Fiscal
Fernando Guazzelli de Jesus – Vicê Presidente do Conselho Fiscal
Lúcio Regis Raysel Biscaia – Secretário do Conselho Fiscal
Fabiano Guerra – Conselheiro Efetivo do Conselho Fiscal
Yonder Kou - Conselheiro Efetivo do Conselho Fiscal
